



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito

Formação socioespacial e concentração fundiária na Região Imediata de Londrina (RIL): terra do café, da soja e de pouca comida plantada.

Victória Jandira Bueno¹
Nilson Cesar Fraga²

Resumo

O presente trabalho estuda os aspectos relacionados a estrutura da terra, economia e sociedade da Região Imediata de Londrina (RIL), localizada no Norte Central do Paraná. São analisados dados coletados sobretudo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de sistema de disposição de informações para pesquisadores, a exemplo do SIDRA, que permitem traçar um diagnóstico regional com informações sobre a concentração fundiária frente as implicações da referida dinâmica no tocante à produção de alimentos, permitindo as comparações necessárias das condições da terra nos 23 municípios que compõem a região. As análises são, metodologicamente, feitas desde a gênese do processo de formação socioespacial regional, permitindo avaliar a estrutura fundiária e as concentrações resultantes, sobretudo, no município de Londrina que é polo regional.

Palavras-chave: Latifúndio; Região Imediata de Londrina; Soja; Formação Socioespacial

Abstract

The following paper studies the aspects related to the structure of the land, economy, and society of the Immediate Region of Londrina (RIL), located in the Center-North of the Paraná State. The data analyzed are mainly from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, through a researcher information disposal system, like SIDRA, for example, allowing us to trace a regional diagnosis with information about the land concentration in front of the implications in the referred dynamics concerning the food production, permitting us to make the comparisons needed about the condition of the land in the 23 cities that compose the region. These analyzes are, methodologically made from the genesis of the social-spatial regional formation process, enabling us to evaluate the land structure and the concentrations caused by it, especially, in the city of Londrina, the regional pole.

Keywords: Landowner; Immediate Region of Londrina; Soy; Social-Spatial Formation

¹ Bolsita de Iniciação Científica pela Fundação Araucária no Programa Institucional de Apoio à Social, pesquisa e Extensão Universitária – PIBIS/FA. Estudante do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: victoria.bueno@uel.br

² Pesquisador do CNPq/PQ. Geógrafo. Professor no Curso de Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL. Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. E-mail: ncfraga@uel.br



INTRODUÇÃO: A RIL EM DADOS QUE COMPROVAM A CONCENTRAÇÃO DA TERRA

O território brasileiro tem atrelado a gênese de sua formação socioespacial processos inerentes à forma de produção agrícola, das quais se configuram como os responsáveis por instalar uma contradição no espaço agrário. Diante da postura crítica que estudiosos da questão agrária vem tratando a expansão do agronegócio frente a diminuição de áreas destinadas à produção de alimentos, esse artigo tem como objetivo provar referida concentração de terras na Região Imediata de Londrina, no Norte do Paraná.

Para isso, foram feitas pesquisas de construção teórico, fundamentada em revisão de literatura, compreendendo levantamento bibliográfico referente ao território, formação socioespacial e abordagens envolvendo questões agrárias na região de Londrina, focando principalmente na expansão do agronegócio frente as implicações na produção de alimentos.

Para a análise espacial da concentração fundiária, foram utilizados dados referentes às culturas produzidas na região, selecionando os valores de área plantada ou destinada à colheita dos 23 municípios que compõem a Região Imediata de Londrina (RIL), todos extraídos do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Os dados foram retirados num intervalo de 5 em 5 anos durante o período de 1990 a 2020, estabelecendo um critério de escolha que colocasse em evidência as 3 culturas mais expressivas na produção do agronegócio: soja, milho e trigo, e as 3 mais expressivas dentro das culturas alimentícias, de modo geral, a comida. Por fim, foram feitas as somatórias das 23 áreas para facilitar a análise geral da RIL e elaborados gráficos para colaborar com a análise da evolução e ocupação dessas terras.

MARCO TEÓRICO: TERRITÓRIO, SOCIOTERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO

As discussões no campo da Geografia envolvendo espaço, território, socioterritorialidade e desenvolvimento perpassam por diferentes óticas e abordagens, uma vez que, o processo de construção desses conceitos é resultado da diversificação do conhecimento, e o mesmo, se amplia à medida que novas técnicas são consideradas durante a análise e identificação de seus procedimentos.

Posto conta disso, é importante salientar que espaço e território não são idênticos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143), quando o autor afirma que: o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço.



O território, como afirma Saquet (2005, p. 144), “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Seguindo tais premissas, merecem destaques as sínteses efetivadas por Haesbaert (2005, p. 91) com respeito as diferentes noções possíveis de análise do território, quando este agrupou essas concepções em três vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

É nesse sentido que surgem os movimentos socioterritoriais, compreendidos enquanto tentativas de se apropriar do espaço, sobretudo, por meio da conquista de metas e objetivos estratégicos. Tais posturas acabam resultando numa dinâmica que passa a produzir e reproduzir territórios por meio das relações de poder.

Referido processo tende a ocorrer por meio das ações intencionadas presentes nas condutas de territorialização, desterritorialização e até mesmo da reterritorialização, onde o território apropriado, é por sua vez, objeto de disputa dos movimentos (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019). Seguindo essa lógica, fica perceptível que os movimentos socioterritoriais têm o território como sua característica fundamental, e que é a partir dele que surgem as disputas pela territorialidade, ou a sua própria formação.

Seguindo o cerne de tal questão, cabe ressaltar as contribuições de Fraga (2019, p. 90), que relembra que “a gênese de todos os movimentos socioterritoriais está cravada na história de vida das sociedades, sendo impossível ver, analisar e atuar sobre os movimentos urbanos, peri-urbanos, rurais e peri-rurais, sem o devido deslocamento até a origem de todo esse processo geográfico”. O autor ainda destaca que,

todos os movimentos socioterritoriais passam e convivem com mudanças e metamorfoses na sua relação espaço-tempo, pois cada momento histórico pressupõe uma inovação, que leva a uma renovação de tais movimentos, mas isso não elimina sua gênese, ou seja, as lutas sociais, a marginalidade, o grito dos desviados, o (re)aparecimentos dos pequenos e mais frágeis assim como o rompimento da invisibilidade destes grupos aos olhos da sociedade contemporânea. Hoje, as liberdades de cada ser/sujeito busca imprimir sua externalidade, quando cada indivíduo se vê a partir de si para poder se reconhecer e fazer-se reconhecido (FRAGA, 2019, p. 90).



Deste modo, a socioterritorialidade se configura como produto resultante das lutas sociais ocorridas durante o processo de formação dos territórios, implicando diretamente no surgimento de múltiplas e complexas territorialidades.

Essa realidade multifacetada fica ainda mais visível quando o desenvolvimento geográfico se apresenta de forma desigual, sendo o mesmo, resultado da produção do espaço no capitalismo. Isso permite o entendimento de que as relações de poder têm como motivações os interesses políticos e econômicos do capital.

Concomitante a dinâmica dessas relações, surgem as intensas contradições, sobretudo, àquelas ligadas as desigualdades locais e regionais geradas a partir dessa ótica. Se uma dada região se torna a mais dinâmica, eficiente, com a presença de mais infraestrutura e bem-sucedida na produção de um certo bem, ela passa a ser referência em termos de custos, condições de trabalho, padrão tecnológico, organização sindical (THEIS, 2009).

No entanto, simultâneo a isso, surgem outros pontos que devem ser levantados, como as próprias consequências sociais resultantes desse processo. Como alegou Marx (1985, p. 749) “acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.”

Para tal, é fundamental esclarecer que a formação socioespacial de determinada região é resultado das dinâmicas territoriais que aquele espaço esteve exposto nos diferentes momentos históricos, e que num segundo momento irá implicar na existência de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos.

É diante desta ideia que analisar o crescimento das atividades produtivas no espaço geográfico passa a ser um desafio para entender as importantes mudanças estruturais e econômicas que ocorrem nos países, estados e municípios, ou mesmo no interior das territorialidades eretas em outras escalas de atuação humana, nos territórios vividos de fato.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL REGIONAL DA RIL

Grande parte dos estudos que retratam a formação socioespacial do Paraná atribuem ao seu processo de ocupação, apenas uma parte da história, sobretudo, àquela que dá ênfase ao processo migratório ocorrido no estado. Esse tipo de abordagem acaba sendo mais recorrente devido a centralidade que as atividades econômicas desempenharam nos diferentes momentos históricos, sendo as mesmas, uma das, mas não a única, responsável em impulsionar a vinda desses imigrantes. Em síntese, a construção desse



processo histórico-geográfico dá quase que exclusivo valor ao papel da migração laboriosa, em detrimento aos povos originários e tradicionais territorializados secularmente no estado.

No entanto, para que a análise do Paraná seja mais completa, precisamos buscar informações que retratem fatos que antecederam esses momentos, dando destaque, principalmente aos relatos que trazem consigo a presença de indivíduos que habitavam a região antes da colonização europeia, ou seja, os povos originários (FRAGA e KLUGER, 2011).

Dentro dessa perspectiva, Wachowicz (1972) destaca que entre 8.000 e 10.000 anos antes da data presente, o Paraná já era habitado e marcado por numerosas territorialidades, sendo exemplo desses povos, os Tupi-Guarani, Nu-Aruanque, Pano, Tucano, entre outros. Portanto, ressalta-se que o estado era densamente habitado pelos indígenas, e que a sua potencial redução e desaparecimento se deu com a chegada dos europeus colonizadores, a partir da reocupação oficial, iniciada a partir de 1500.

Com o aniquilamento das populações indígenas, e o aprisionamento de outra parte, transformada em mão de obra escrava juntamente com os negros, o estado passa a ser explorado, sobretudo por meio de regimes de partilha, que estenderam suas práticas por todas as regiões naturais do Paraná, tendo como característica principal, a base do grande latifúndio (BALHANA, 1969).

A autora mencionada ainda enfatiza que a classe dominante regional formada por latifundiários, passa a deter os poderes políticos locais e regionais, o que contribuiu para o estabelecimento de fronteiras, dinâmica essa, que até então era desconhecida pelos povos originários, já que, a interação social dos mesmos tinha o coletivo sobrepondo o individual.

Deste modo, a consequência das fases históricas, principalmente no tocante às diferentes atividades econômicas que foram desempenhadas nesses momentos, permitem a compreensão da ocupação do território paranaense por meio de três áreas histórico-culturais.

Segundo Fraga e Kluger (2011), a primeira área cultural desrespeito ao processo de ocupação do litoral sentido Curitiba, e posteriormente aos Campos Gerais. A segunda área cultural é aquela que corresponde ao Norte do Paraná, área de estudo dessa pesquisa, tendo fazendeiros mineiros, paulistas, nordestinos etc. como os primeiros migrantes dessa região. Tal processo é seguido pela incorporação territorial pelo estado paranaense da região Sudoeste e Oeste do estado, fechando o ciclo de reocupação formador dos três paranás, retratados em autores como Pedro Calil Padis (1981).

A agricultura de subsistência e a exploração da imensa floresta subtropical foram os primeiros incentivos econômicos que atraíram esses olhares. Todavia, foi por intermédio da cultura do café que a dinâmica de ocupação desse território ganha notoriedade na porção Norte do estado. Impulsionados pelas terras férteis e devolutas, a região se torna alvo de



imigrantes de todo o mundo, como japoneses, italianos, alemães, eslavos, dentre outros grupos humanos que adentraram ao território paranaense em diferentes momentos históricos.

Segundo Cardoso (2007), a colonização do Norte paranaense é tradicionalmente apresentada a partir da divisão do território em três partes: O Norte Velho ou Norte Pioneiro, o Norte Novo ou Norte Central, e o Norte Novíssimo. A autora ainda destaca que o repovoamento da região se iniciou pelo Norte Pioneiro, tendo nessas terras o primeiro núcleo colonizador oficial, a Colônia Militar Jataí, ainda no século XIX.

A partir daí, Norte Novo e Norte Novíssimo passam a ser colonizados, respectivamente. A região do Norte Novo, onde está localizado o município de Londrina, já era habitada por indígenas e caboclos, no entanto, foi por meio da Companhia de Terra do Norte (CTNP) do Paraná, empresa responsável pela aquisição dos lotes e de capital estrangeiro, que a atividade cafeeira ganha destaque e potencializa a reocupação do território – esta companhia colonizadora é nacionalizada no governo do Presidente Getúlio Vargas, passando a se chamar Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná (CMNP).

Segundo essas premissas, outro ponto importante que vale ser ressaltado, é que,

até 1945 o Paraná produzia de 2 a 3% da produção nacional de café. Na década de 1940, o eixo produtor de café foi deslocado do Norte Pioneiro para o Norte Novo (Londrina). No início da década de 1960 o Paraná tornou-se o maior produtor brasileiro de café e Londrina passou a ser intitulada “capital mundial do café”. [...] a lavoura cafeeira chegou à região do Norte Novíssimo somente em meados da década de 1940 (CARDOSO, 2007, p.7-8).

Assim, Londrina passa a desempenhar papel central, e a partir disso condicionar sua influência direta para outras porções da região do Norte Central Paranaense, extrapolando estes limites influenciadores a partir dos anos de 1950.

Contudo, a expansão da cultura cafeeira de maneira expressiva exigiu uma política governamental de defesa de preços e um controle de excedentes. Tais políticas de regulação tornaram-se um fator inflacionário constante, fazendo com que o Governo Federal colocasse em prática uma forte política de erradicação de cafeeiros e sua substituição por outras culturas. É nesse contexto que surgem os discursos que reivindicavam a necessidade de uma agricultura moderna, mecanizada e intensiva de capital, tendo como base principal, a produção de soja, milho e trigo (CROCETTI, 2012).

Foi a partir da década de 70 que essas mudanças são mais sentidas no campo paranaense, pois a modernização agrícola em ascensão implicou em novas formas de produção, organização e comercialização, fazendo com que o cultivo de soja crescesse intensamente e implacasse como o principal vetor da modernização agrícola.

Determinada expansão, tanto da soja, como do trigo, possibilitou que ambos fossem acrescentados dentro das pautas agrícolas, sobretudo, por serem compreendidos enquanto produtos mais rentáveis. Todavia, o mesmo não aconteceu com as demais



culturas, principalmente àquelas que não favoreciam ao interesse do capital, como o caso do feijão, que a passou a ter sua cultura deslocada para áreas menos rentáveis (LEÃO, 1989).

Frente à essas mudanças, a região de Londrina, não diferente das demais regiões, seria diretamente impactada por essa nova dinâmica, despontando como o maior aglomerado metropolitano do interior do estado em produção dessa nova onda agrícola.

Com a nova divisão proposta pelo IBGE, em 2017, as regiões imediatas surgem como agrupamentos de municípios que tem como referência principal, um centro urbano local. Dentro desse cenário, Londrina emerge como uma região imediata, fazendo com que seu município estenda sua zona de influência direta ou indiretamente aos 23 demais municípios.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO IMEDIATA DE LONDRINA

A agricultura desenvolvida no mundo e particularmente no Brasil, segundo amplos estudos realizados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as, que se debruçam na temática em questão, foi calcada sob o modo capitalista de produção no campo. Trata-se de um processo contraditório e desigual, já que o mesmo, não aconteceu homogeneamente no tocante aos aspectos sociais e territoriais.

Referido sistema criou uma desigualdade abissal tanto nas relações econômicas e de trabalho, como nas questões socioambientais. Essa ocorrência está presente principalmente porque a monocultura de exportação monopoliza os interesses econômicos, direcionando assim, a grande maioria do suporte e infraestrutura do capital. Em contrapartida, referida dinâmica acaba deixando a margem do sistema outros tipos de produção, principalmente àqueles compreendidos enquanto menos rentáveis a hegemonia capitalista. Nesse sentido, conforme observa Romeiro (1994, p.118):

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão de obra, seguidas de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão de obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta.

É importante a reflexão de que o Brasil, até a década de 1950, era um país predominantemente agrícola e que, ao sofrer influências num contexto internacional, passou por mudanças no âmbito da política e da economia, resultando em transformações na esfera urbana e rural por meio da inserção de novos mecanismos, como por exemplo, a tecnologia e conhecimento científico no campo (MACHADO; TSUKAMOTO, 2020).



Nos anos de 1970, o estado do Paraná foi marcado pela expropriação dos camponeses de suas terras numa escala nunca antes vista no Brasil. Segundo dados, no prazo de 10 anos, foram cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais, parceiros, posseiros e arrendatários sofrendo com o processo de expulsão em razão da mecanização da agricultura.

Segundo Santos, Betim e Massoquim (2005) a região Norte do estado foi a mais afetada com a modernização da agricultura, sobretudo, porque essa área se configura como uma das melhores regiões agrícolas do estado. Tal característica ficou ainda mais visível através da dinâmica de plantio, que sofreu mudanças, principalmente no que desrespeito as culturas, que passaram a ser priorizadas de acordo com sua rentabilidade e produtividade a favor do capital.

Assim como relembra Nakagawara e Santana (p. 81, 1984)

Em função da mudança do uso do solo, passando de uma atividade absorvedora de mão de obra (café) para uma atividade voltada a mecanização (soja e trigo), ao lado de outros fatores estruturais e conjunturais, o norte do Paraná tem-se apresentado como uma área de grande concentração fundiária.

Deste modo, fica evidente que referida dinâmica seria responsável por promover uma série de consequências socioambientais, comprometendo o acesso à terra e restringindo as áreas destinadas à plantação de culturas alimentícias.

Kohlhepp (1991, p. 86, 87) destaca que a busca por produtos mais vantajosos, do ponto de vista das exportações, já era expressiva no início dos anos sessenta. Nesse período tomaram vulto as políticas públicas de crédito subsidiado, com juros negativos, especialmente para o plantio da soja, milho e trigo.

Diante o exposto, pode se afirmar que referida dinâmica contribuiu para um aumento exponencial da concentração fundiária na região, sobretudo, através da expansão agrícola de culturas voltadas à atender os interesses do capital internacional.

Essa realidade ganha força principalmente a partir dos anos 70, onde o campo, não só o paranaense, passa a sofrer grandes transformações por meio da modernização agrícola, refletindo em novas dinâmicas de organização, produção e comercialização (LEÃO, 1989).

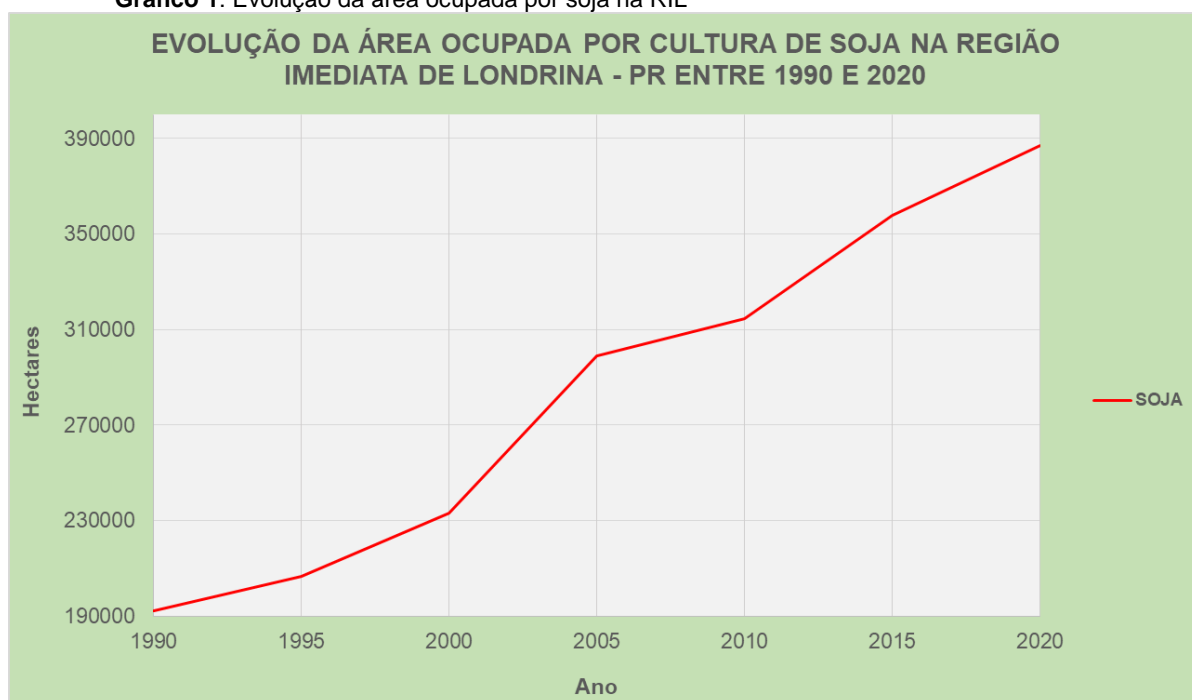
O fomento às culturas de exportação e as políticas públicas destinadas a favorecer referida produção, fez do estado do Paraná, naquele período, o celeiro agrícola do país. Junto a isso e como já elucidado anteriormente, a fertilidade presente nas terras da porção norte do estado resultou num maior direcionamento das atividades para aquela região, agravando ainda mais a concentração de terras naquela área.

Conforme apontado por Garcia (2011), a desregulamentação intencional da economia cafeeira aliada ao interesse capitalista na expansão do agronegócio resultou numa gradual substituição da cultura do café pelas culturas de soja, milho e trigo.



A Região Imediata de Londrina que tinha como base de sua produção, o café, iria ser fortemente afetada por referida situação, principalmente a partir dos anos 90, período em que ficaria mais visível os impactos da modernização agrícola. Entretanto, a crescente ocupação das áreas por referidas culturas, não se restringiria só àquele período, sendo ainda observado nas próximas décadas, conforme apontado abaixo (gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução da área ocupada por soja na RIL

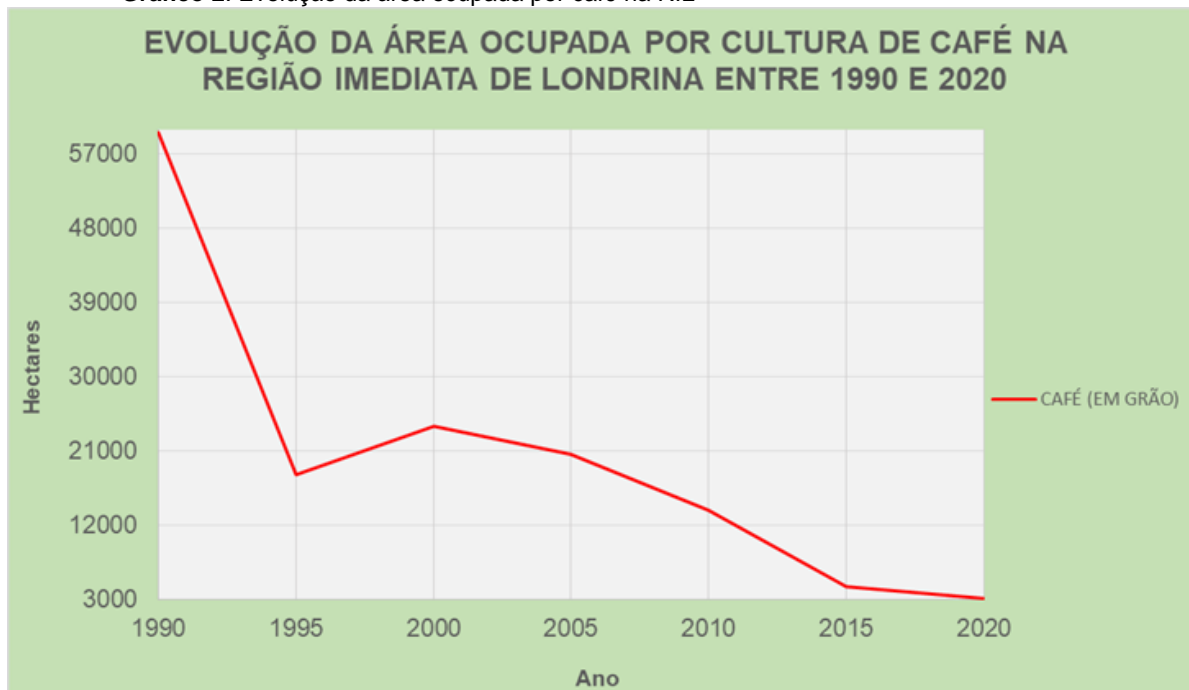


Fonte: SIDRA (2022)

A evolução da área ocupada pela cultura de soja continuou aumentando na região, passando de 190 mil hectares em 1990, para próximo dos 390 mil, em 2020. Em contrapartida, o declínio da produção de café, sobretudo, por intermédio da diminuição da área ocupada por essa cultura (gráfico 2), deixou ainda mais visível diante os dados, a substituição da economia cafeeira, absoveradora de mão de obra, para uma produção cada vez mais mecanizada e concentradora de terras.



Gráfico 2: Evolução da área ocupada por café na RIL



Fonte: SIDRA (2022)

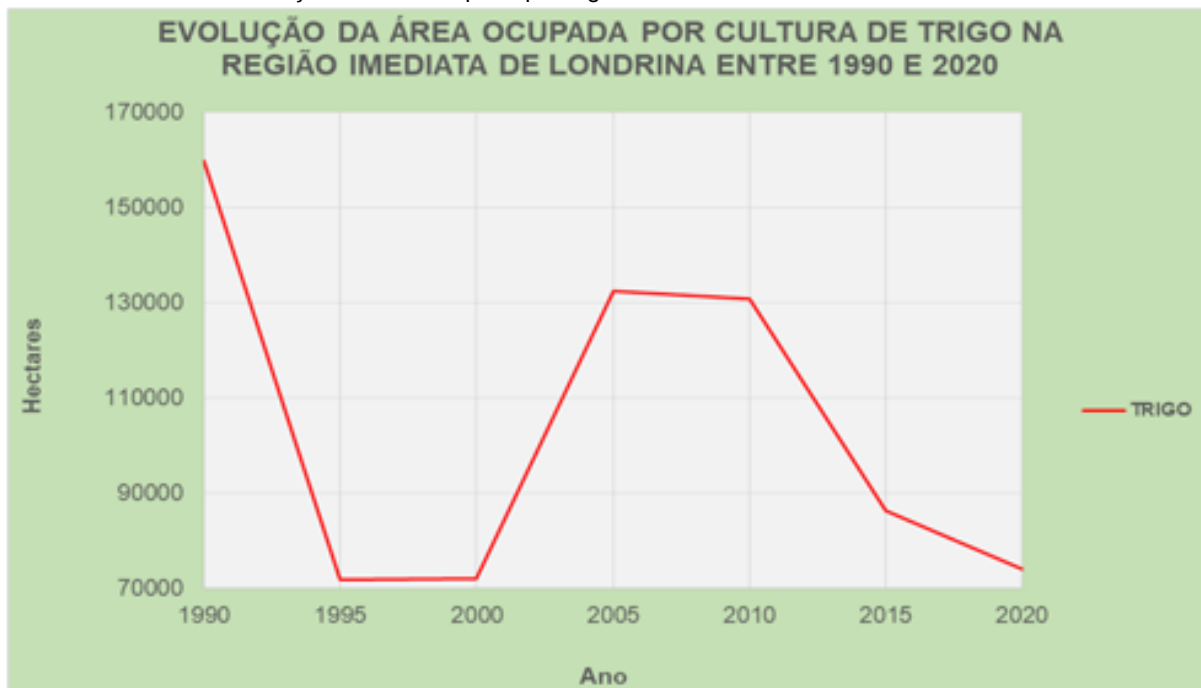
Além da soja, a evolução de áreas ocupadas pelas culturas de trigo e milho também contribuem para o aumento da concentração fundiária. Isso fica perceptível através das extensas áreas utilizadas em sua produção de larga escala voltadas à atender as demandas do mercado de exportação.

É necessário compreender que essa concentração é inerente ao modo operante do agronegócio, que só investe no campo para ampliar o seu capital ali investido, diferente do pequeno agricultor, que vê na terra a possibilidade de sua subsistência e de sua família (SOUZA, 2008).

Os dados indicam que apesar de períodos com declínio da área ocupada por esses plantios, ainda assim, o trigo e o milho concentram extensas áreas de terras. O trigo chegou a ocupar áreas próximas a 165 mil hectares em 1990, com um diminuição gradual, chegando a próximo de 70 mil, em 2020 (gráfico 3), considerado um alto valor, se comparado ao tamanho das áreas ocupadas pela agricultura familiar.



Gráfico 3: Evolução da área ocupada por trigo na RIL



Fonte: SIDRA (2022)

Já o milho, teve a ocupação de suas áreas vareando de valores próximos a 55 mil hectares em 1990, para 255 mil hectares, em 2020, com o ápice do pico do gráfico em 2015, quando atingiu uma área de quase 450 mil hectares (gráfico 4).

Diante as análises realizadas, podemos indagar que, se de um lado temos a extensa ampliação de áreas ocupadas pelo agronegócio, do outro, temos a desestruturação de pequenas propriedades. Referida dicotomia, acabada gerando uma escassez de áreas disponíveis à produção de alimentos, acentuando ainda mais o acesso precário à terra e dificultando as demais formas de produção.



Gráfico : Evolução da área ocupada por milho na RIL



Fonte: SIDRA (2022)

Assim, a atividade agrícola é a apossada pelo latifundiário de forma a servir tão somente aos seus interesses próprios. Neste sentido, segundo os ensinamentos de Rangel (p. 73, 1986):

Em primeiro lugar, as atividades agrícolas fundamentais passaram a ser campo de interesse imediato para o latifundiário. Este, em vez de distribuir parcelas entre os agregados, para que estes as lavrassem com seus próprios meios rudimentares, assumiu a responsabilidade por aquelas atividades, com o auxílio de uma tecnologia que o desenvolvimento da indústria pesada - notadamente a de construções mecânicas e a química de base - e a nova universidade iam pondo ao seu alcance, mas não ao alcance da família camponesa tradicional.

Por isso, é urgente e necessário saber quem é, de fato, o agronegócio, conhecer suas facetas e compreender como as firmas atuam redimensionando e agravando a problemática agrária do país.

A questão agrária conforme lembrado por Cavalcante (2019), é ontem, é hoje, é amanhã, e indica a urgência de sua compreensão. Como pode um país que se dá o direito de permitir que haja concentração de terras ao mesmo tempo em que sua população passa fome. A dinâmica do agronegócio deixa evidente a sua verdadeira face, essa, responsável por massacrar os sujeitos, os territórios e dificultar o acesso à terra aos demais.



A PRODUÇÃO ESPACIAL QUE NÃO PRODUZ COMIDA

É nesse quadro desigual, que a família agricultora camponesa luta para reconquistar o seu espaço. Conforme citado por Miranda e Gomes (2019) a agricultura familiar pode ser entendida como aquela desenvolvida quando uma família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho nesse meio produtivo, ou que pelo menos a mão de obra composta por um ou mais membros da família seja superior à de terceiros.

Os dados observados no gráfico 5 permitem a visualização da intensa desigualdade presente no campo, principalmente no que desrespeito as oportunidades de acesso à terra. A cultura de arroz ocupou valores próximos de 6.665 hectares, isso em 1990. Essas áreas são reduzidas a nada se compararmos referidos dados com as áreas ocupadas pela cultura de soja, milho e trigo, como observado nas análises acima.

Gráfico 5: Evolução da área ocupada por arroz na RIL



Fonte: SIDRA (2022)

A cultura de arroz ainda passou por uma potencial diminuição de sua área, atingindo valores próximos de 65 hectares, em 2020. Como pode culturas alimentícias ocuparem áreas tão pequenas ao mesmo tempo em que o agronegócio concentra amplas áreas? Outro dado que também chama a atenção, é o da cultura de feijão (gráfico 6).



Gráfico 3: Evolução da área ocupada por feijão na RIL



Fonte: SIDRA (2022)

Assim como o arroz, a área destinada à produção de feijão também é demasiadamente pequena, se comparado as demais. A evolução da ocupação dessas áreas deixa claro essa diminuição, passando de 8000 hectares em 1990 para valores próximos à 500 hectares em 2020, evidenciado tamanha irresponsabilidade no compromisso de abastecer a mesa do povo.

O agravamento da concentração fundiária aliado à falta de políticas públicas e reformas reforçam o contexto de um país que direciona sua extensa área para atender ao mercado externo enquanto sua própria população passa fome. É a agricultura familiar que abastece o mercado interno de alimentos no país, diferentemente do que ocorre com o agronegócio, que objetiva sua intensa produtividade para beneficiar majoritariamente o setor econômico por meio das commodities.

É por isso que se deve apoiar e potencializar movimentos que reivindiquem uma reforma agrária no país, pois só por meio dela mais áreas serão destinadas à agricultura familiar e a produção de alimentos. Como exemplo, se pode recordar das Jornadas de Solidariedade promovidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) durante a pandemia, onde os mesmos foram responsáveis pela doação de milhares de toneladas de alimentos à população.



REFERÊNCIAS

BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

CARDOSO, C.R.S. O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 e 1960. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cassia_regina_soares_cardoso.pdf>. Acesso em 17 de março de 2022.

CROCETTI, Z. S. **Formação Socioespacial do Paraná**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FRAGA, N.C; KLUGER, U. A. Formação territorial paranaense: uma análise espacial e temporal. In: **Territórios Paranaenses**. Org: Fraga, Nilson Cesar. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, N. C. Geografias de tempos de dominação e barbárie: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil In: **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea** / Organizadores: Flamarion Dutra Alves; et al. Alfenas - MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84 -114.

FRAGA, N. C. Formação territorial paranaense: uma análise espacial e temporal. In: **Territórios Paranaenses**. Org: Fraga, Nilson Cesar. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, N. C. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: Flamarion Duarte Alves, Sandra de Castro de Azevedo, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Ana Rute do Vale. (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. 1ªed.Alfenas, MG: Editora da Universidade Federal de Alfenas, 2019, v. 1, p. 84-114.

FRAGA, N. C. **Territórios Paranaenses**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.

FRAGA, N. C. **Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas**. 2ª. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017.

FRAGA, N. C. **Território e Silêncio**: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas**. 2ªed.Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 73-90.

FRAGA, N. C. Território, Região, Poder e Rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. VIII, p. 9-32, 2007.

FRAGA, N. C.; KLUEGER, U. A. **Formação territorial paranaense**: uma análise espacial e temporal. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). **Territórios Paranaenses**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011, p. 283-302.

FRAGA, N. C. **Ocupação Formação e Desenvolvimento do Estado do Paraná - contribuições geográficas**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). **História e Geografia do Paraná: textos e metodologias de mapas e maquetes**. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 45-81.



FRAGA, N. C. **O Estudo do Meio e a Compreensão da Realidade no Espaço Geográfico e Histórico**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). História e Geografia do Paraná: textos e metodologias de mapas e maquetes. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 109-115.

FRAGA, N. C. **Geografia do Paraná**: formação sócio-espacial, uma leitura do processo. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). Mapas & Maquetes: elementos históricos e geográficos do Paraná. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 41-73.

GARCIA, A. F. O agronegócio paranaense: breve foco sobre o território da produção agrícola. In: **Territórios Paranaenses**. Org: Fraga, Nilson Cesar. Florianópolis: Insular, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B.M; TORRES, F. V. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista Nera**. v. 24, n. 57. Presidente Prudente, 2019. p. 24-53.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.79-94, abr.-jun.91.

LEÃO, I. Z. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES: Concitec, 1989.

MACHADO, A; TSUKAMOTO, R.Y. Além das Fronteiras da Agroindústria: Poder e Territorialização na Contramão da Esperança. In: BARROS, Mirian Vizintin Fernandes; ASARI, Alice Yatyo; SALVI, Rosana Figueiredo. [et al...]. (Orgs). **Sociedade e Natureza: Uma Visão Geográfica**. Londrina:UEL, 2012. p. 55- 69.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Difel, 1985.

NAKAGAWARA, Y; SANTANA, M. A estrutura fundiária paranaense: concentração e “capitalização” - situação 70- 80. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12925/7408>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio de Mourão. A Questão da Terra. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Vol.6, nº.4, p. 71-77. Out-Dez.1996.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994, p. 105-136.

SANTOS, A. M dos; BETIM, D. M.; MASSOQUIM, N. G. A luta pela terra e o assentamento de Querência do Norte. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SANTOS, A. P. P.; GAVRILOFF, A. C. M.; FRAGA, N. C. Entre a teoria e a realidade: o conceito de território e territorialidade e sua aplicação no planejamento urbano - uma breve análise de aproximação. In: VI Simpósio de Geografia - travessia da crise: diálogos e perspectivas, 2011, União da Vitória, PR. **Anais do VISG**. União da Vitória, PR: Ed. da FAFIUV, 2011. v. 1. p. 1-15.



SIMAS, F. A. O.; LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. **Território(s) e desenvolvimento regional:** arranjos e perspectivas na relação entre pequenas e médias cidades. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas. 2ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 327-344.

SAQUET, M. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

SOUZA, Marcos Antonio de. **A territorialização do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: estudo de caso.** 2008. 125 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2008

WACHOWICZ, R.C. **História do Paraná.** Curitiba. Ed. Gráf. Vicentina, 3 ed, 1972.